

1. Introdução

“Pessimismo da inteligência, otimismo da vontade”
Antonio Gramsci

É possível perceber, nos últimos anos, um crescimento exponencial no interesse geral pelos termos “sociedade civil” e “globalização”. Tanto setores ligados à esquerda quanto à direita têm empregado tais termos em seus discursos, o que faz com que aqueles assumam os significados mais diversos. Muitas das vezes tal diversidade se expressa em uma profunda contradição, o que acarreta em conseqüências políticas das mais distintas nuanças. No tocante ao conceito de sociedade civil, percebe-se ter este uma longa e tortuosa história no campo das idéias políticas – remontando ao início da modernidade e apresentando distintos significados dependendo das posições teóricas e da época. Além disso, se já não bastasse tal variada gama de significados, vê-se que nos últimos anos os entendimentos acerca da sociedade civil têm se complexificado de maneira homérica, dada a intensificação dos processos de globalização – o que acarreta nas recentes teorizações acerca da existência de uma sociedade civil internacional ou global.

O termo “sociedade civil global” tem se tornado deveras popular entre cidadãos, banqueiros, diplomatas, organizações não-governamentais e políticos. Documentos do Banco Mundial, por exemplo, fazem referência constante à atuação conjunta com a sociedade civil (Garrison, 2000), e até mesmo a Organização Mundial do Comércio se declara – ao menos no discurso (O’Brien, *et. al.*, 2000) – aberta ao diálogo com os grupos da sociedade civil. Neste sentido, o termo sociedade civil global se torna promíscuo e pode assumir diversos significados em diferentes contextos (Keane, 2003b). Ou seja, nota-se uma disseminação desse termo desde as posições políticas mais à esquerda até às posições mais à direita, vinculadas ao neoliberalismo; daí a importância não apenas de se estudar tal fenômeno mas também de tentar, mesmo que não seja de

maneira exaustiva, mapear este debate contemporâneo. É neste contexto que se insere a presente discussão.

Faz-se oportuno deixar claro desde já que o caminho escolhido para tal empreitada parte de uma opção teórico-metodológica clara e explícita: a saber, aquela que concebe o real como uma totalidade concreta, saturada de determinações, mediações e particularidades interconectadas, que entende a realidade social como um processo histórico, desenvolvido fundamentalmente através das lutas de classes que, embora não sejam suficientes, são fundamentais para o entendimento dessa realidade (Rupert, 2003b). Além disso, tal realidade é vista como algo intrinsecamente contraditório, como um processo social que tende a reproduzir sua dinâmica e estrutura ao mesmo tempo em que contém sua negação – ou seja, a possibilidade de transformação. Em suma, busca-se a recuperação da crítica da economia política desenvolvida por Marx e, de maneira mais específica, a leitura deste feita por Gramsci.

Embora alguns critiquem tal leitura da realidade como pessimista ou até mesmo como generalizadora, o “pessimismo da razão”, conforme colocado por Gramsci, não cancela em absoluto o “otimismo da vontade” sempre que estes estejam sustentados no realismo da análise (Lester, 2003). Todo processo de transformação social real tem que, necessariamente, partir de uma análise crítica da realidade; desta forma, a busca por formas alternativas de globalização – alterglobalizações – passa, necessariamente, pelo desvendamento da realidade e pela desmistificação dos fenômenos instrumentalizados pela forma neoliberal da globalização.

Ora, tal transformação social consciente por parte dos setores insatisfeitos e excluídos pela globalização neoliberal requer condições objetivas e subjetivas. Destarte, é tão equivocada pensar que apenas as contradições imanentes à dinâmica do capital e suas crises irão derivar, como que de maneira natural, no desmoronamento do sistema capitalista, como é errado pensar que só a intencionalidade de indivíduos e grupos subalternizados transformará a sociedade. Ocorre que a primeira visão é reducionista e estruturalista; como tal, não considera a necessidade da atividade do sujeito: na verdade, o que há aqui é uma identificação da história com o desenvolvimento natural das coisas, da estrutura, retirando “althusserianamente” o sujeito da história. O segundo reducionismo é voluntarista – figura constante nos autores neoliberais, neotocquevilleanos,

republicanos liberais e nos novos transnacionalistas – e não leva em consideração o fato de que a estrutura e a dinâmica sistêmica, uma vez hegemonizadas pelo grande capital (sujeito também presente na sociedade civil), armar-se-á de mecanismos – muitas vezes extra-econômicos, extra-legais, etc. – de defesa, de sistemas homeostáticos. Assim, ignora, de maneira “habermasiana”, que a classe hegemônica também está na luta, para manipular (inclusive o mundo da vida), refuncionalizar ou impedir os processos de transformação da realidade social (Montaño, 2002).

Destarte, para se pensar a questão da emancipação nos dias contemporâneos, faz-se impreterível pensar tanto as condições objetivas quanto as subjetivas em uma escala que não exclui mas também não se limita ao âmbito do Estado nacional. Ou seja, para se pensar a criação da possibilidade de uma auto-realização do potencial humano e da comunidade em uma era de globalização neoliberal é necessário levar em consideração esta forma neoliberal da globalização, os constrangimentos e as possibilidades abertas por esta à agência política coletiva e a própria existência e articulação desta nova forma de agência que está emergindo nos últimos anos – este “movimento de movimentos” ou movimento altermundialista (Gómez, 2004b). Ora, tal possibilidade é algo que não ocorre no abstrato, mas sim em conjunto com problemas concretos da era presente que se relacionam à problemática da agência política e de sua articulação entre o local e o global, levando-se em consideração, assim, as dinâmicas locais, nacionais, regionais e globais na análise dos limites e das possibilidades.

Algo que é de extrema importância em tal processo de análise é a questão da definição conceitual. Ora, nenhuma definição é neutra. Na verdade, toda definição conceitual é relativa e contingente e, desta forma, um reflexo de um momento histórico, de um ambiente cultural, de uma localização geográfica, de um *status* social, de uma personalidade individual e, finalmente, de um comprometimento político (Scholte, 2002b). Além disso, toda definição, via de regra, influencia as descrições, as explicações, as avaliações, as prescrições e as ações. Assim, se uma definição de um conceito central – como por exemplo os conceitos de sociedade civil e globalização – for incerta, então todo o conhecimento que for construído sobre esse conceito provavelmente também será débil e, conseqüentemente, as políticas construídas com base em tal conhecimento poderão ser equivocadas. O desafio que se coloca, então, é o de se buscar uma

definição crítica tanto de sociedade civil quanto de globalização a fim não só de melhor entender a realidade contemporânea mas também de se buscar sua transformação.

Quando um novo vocabulário passa a ser de uso corrente, isso se deve, via de regra, ao fato de que ele captura uma importante transformação que se encontra em curso. Isso é o que ocorre contemporaneamente com o termo globalização, que tem apresentado uma série de novas questões para o estudo da hegemonia e da contra-hegemonia em escala mundial. Uma transformação global implica a emergência de uma nova configuração da política mundial, algo percebido contemporaneamente por vários autores (Held & McGrew, 2001; Held, *et. al.*, 1999; Scholte, 2000, 2002a e 2002b; Gómez, 2000; Harvey, 2000a e 2000b; Cox, 1994b, 1996c e 1997a; Gill, 2002 e 2003; Robinson, 1996, 2001, 2004a e 2004b; Mello, 1999; Rupert, 2000; Santos, 2002). Uma nova era de fluxos e incertezas se relaciona a um sentimento de que aspectos institucionais elementares da realidade histórica se encontram em transformação, como por exemplo as formas de mercado, Estado e sociedade civil. Isto também se relaciona a mudanças na forma pela qual o mundo é percebido e entendido, o que Gill chama de “(...) *uma mudança na ontologia da ordem mundial*” (Gill, 1997c)¹. Eric J. Hobsbawm, por exemplo, percebe de maneira interessante tal “mudança ontológica”: após a “era de ouro” do capitalismo vivencia-se, contemporaneamente, uma nova era de incertezas e de crises sociais, econômicas e políticas – um exemplo de tais incertezas seria a proliferação de escritos com “(...) *a pequena preposição ‘após’, geralmente usada na forma latinizada ‘pós’ ou ‘post’ (...)*” (Hobsbawm, 1998:282).

Assim, uma inovação teórica via de regra ocorre em um momento no qual novos métodos, teorias, perspectivas ou *insights* emergem e se destacam no pensamento político e social. Neste sentido, uma difusão dessa sentimento de transformação pode prover não mais do que uma oportunidade para a inovação teórica – e assim não lograr êxito em seu potencial emancipatório – a menos que tais inovações teóricas se vinculem, organicamente, com o movimento real das forças políticas e sociais. Era isto o Gramsci concebia como inovação teórica: a

¹ Todas as citações em línguas que não sejam a portuguesa serão traduzidas.

saber, uma inovação ligada organicamente à função educativa e política; ou seja, à práxis.

Seguindo estas sendas gramscianas, nas últimas décadas é possível perceber o surgimento de alguns autores que resgatam a tradição materialista histórica para o estudo das dinâmicas da economia política global, buscando a partir daí explicar como a hegemonia opera no âmbito global e como ocorrem as mudanças e transformações da ordem mundial². Conforme será melhor explorado à frente, nota-se que, embora tais autores não se limitem à mera adoção e adaptação dos conceitos desenvolvidos por Gramsci, há uma tendência frequente no meio acadêmico de rotular tais trabalhos de diversas maneiras dentre as quais se destaca o termo “Escola Neogramsciana”. Contudo, o uso do termo “escola” não é apropriado; na verdade, “(...) o rótulo de ‘escola’ pode implicar o perigo de nivelar por baixo, simplificar e não compreender nuances, tensões e contradições internas (...)” (Morton, 2001:26).

Neste sentido, seguir-se-á na presente dissertação a alternativa oferecida por Adam David Morton (Morton, 2001): ao invés de utilizar o termo “Escola Neogramsciana”, será enfatizada a existência de diversas *perspectivas* que, por sua vez, representam uma pluralidade de abordagens atravessadas por uma série de diferenças. Em oposição à clausura de uma única “escola”, tal “rótulo alternativo” oferece o potencial de abertura uma vez que provê o escopo para a ampliação não apenas dos horizontes de tais perspectivas mas também dos espaços para os debates e considerações futuras. Como resultado, através deste foco nos significados incrustados nos rótulos e na necessidade de que certos rótulos sejam contestados, faz-se possível também refletir na forma como a economia política global é concebida e praticada. Além disso, a partir dessa conceituação alternativa das perspectivas neogramscianas emerge também a possibilidade de transcendência das fronteiras disciplinares, abrindo-se, assim, a possibilidade de engajamento com diversas formas de pensamento e ação através das disciplinas conjuntamente com o engajamento com os agentes concretos e com os locais de transformação (Bieler & Morton, 2001).

² Conforme será visto mais à frente, dentre tais autores se destacam Robert W. Cox, Stephen Gill, Mark Rupert, Adam David Morton, William Robinson, Craig Murphy, Kees van der Pijl e Henk Overbeek.

A ênfase nas perspectivas neogramscianas é deveras pertinente na medida em que aceita a diversidade das contribuições dentro das perspectivas enquanto também permite a flexibilidade para lidar com os pontos comuns e as superposições. Como colocado, também é oferecida a oportunidade de apreciar as interseções com formas distintas de ação e pensamento que se encontram além de tais perspectivas. Além disso, a diversidade das perspectivas dificulta a elaboração de generalizações críticas acerca de tais perspectivas – uma crítica a uma perspectiva não implica, necessariamente, uma crítica a todas. Por fim, através da ênfase nos esforços específicos dos autores em seu engajamento com as forças sociais concretas dentro de tais perspectivas, é oferecida também uma alternativa à reificação proporcionada pelo termo “escola” (Morton, 2001).

Seguindo esse raciocínio, a presente dissertação busca apresentar alguns apontamentos para uma perspectiva neogramsciana da sociedade civil em tempos marcados pela intensificação dos processos de globalização das relações sociais. O caminho a ser percorrido seguirá a seguinte ordem: em primeiro lugar, será apresentado um breve resumo do pensamento de Gramsci; neste ponto não haverá um engajamento maior com críticas e pontos polêmicos da obra do autor sardo (Anderson, 2002; Bobbio, 1987b; Keane, 1992 & 2003) mas sim uma apresentação resumida de seus principais conceitos que são, por sua vez, utilizados e adaptados pelos autores neogramscianos. Buscar-se-á, em segundo lugar, apresentar as perspectivas neogramscianas. Para tal, serão enfocadas as contribuições de três autores de destaque: Robert W. Cox, Stephen R. Gill e Mark E. Rupert; em seguida será discutido o âmbito ocupado por tais perspectivas nos debates teóricos tanto das relações internacionais/economia política global quanto do materialismo histórico; e finalmente serão apresentadas algumas das críticas mais relevantes feitas a tais perspectivas bem como as respostas dadas àquelas.

Feito isto, faz-se necessário passar para a questão da sociedade civil. Neste sentido, em terceiro lugar será apresentado um breve resumo da evolução histórica do conceito de sociedade civil bem como algumas das matrizes teóricas mais relevantes no tocante à conceituação da sociedade civil nos dias hodiernos: neotoquevilleana, neoliberal, habermasiana e gramsciana. A importância disso se deve ao fato de que muitas das concepções contemporâneas de sociedade civil que são feitas a partir da ótica das relações internacionais – sociedade civil internacional, transnacional ou global – se baseiam, mesmo que não explicitem tal

fato, em uma ou em algumas dessas quatro matrizes teóricas. Contudo, antes de discorrer acerca das “visões internacionais” da sociedade civil, cumpre necessário uma apresentação das hodiernas transformações da realidade social que têm gerado tais inquietações com relação às conceituações outrora consagradas da sociedade civil. Assim chega-se ao quarto lugar: uma apresentação da globalização das relações sociais. Neste ponto o intuito não é o de resolver as disputas existentes acerca da globalização, mas sim estabelecer alguns parâmetros para a discussão acerca desse fenômeno social e de seus impactos na realidade social contemporânea. Com este foco buscar-se-á apresentar o que faz com que a globalização possa ser vista como uma ruptura histórica – ou seja, o que há de global na globalização. Em seguida, será desenvolvida a relação da globalização com o modo capitalista de produção com o intuito de se explorar as questões concernentes às origens e às causas da globalização. Por fim, será apresentada a forma dominante da globalização contemporânea, a saber, a globalização neoliberal. Uma vez feitas as exposições acerca tanto do conceito de sociedade civil na teoria política quanto dos processos de globalização das relações sociais, passa-se para o quinto ponto, a saber, o debate teórico acerca da sociedade civil no âmbito dos estudos internacionais. Aqui os autores serão classificados em grupos: novos transnacionalistas, republicanismo liberal e “marxismo político”. Ênfase especial será dada a John Keane devido à singularidade de sua obra.

Após a apresentação de tais abordagens acerca da sociedade civil internacional, transnacional ou global e da identificação dos *insights* e limites de cada uma, chega-se ao objetivo central da presente dissertação: a apresentação de breves apontamentos para uma perspectiva neogramsciana da sociedade civil em tempos de globalização. Com este intuito serão explorados os impactos da globalização das relações sociais nos dois lados que se encontram em embate na sociedade civil; assim, serão apresentados os impactos na classe capitalista – é possível notar, nos últimos anos, a formação de uma fração transnacional dessa classe – e nos setores descontentes e excluídos pela forma neoliberal da globalização – surgimento de um “movimento altermundialista” e de movimentos reacionários de resistência à globalização (terrorismo transnacionalizado, por exemplo). Serão apresentados também alguns dos dilemas enfrentados pela resistência progressista, como a questão da revolução passiva global e do aumento exponencial da coerção no âmbito mundial – também chamado de “Momento

NeoImperial” (Rupert, no prelo). Além disso, ver-se-á as transformações sofridas pelo “par conceitual” da sociedade civil – a sociedade política – e suas repercussões para os grupos sociais que atuam na sociedade civil. Por fim, na conclusão será apresentada a importância e a necessidade de uma teoria crítica da economia política global para se pensar formas alternativas de globalização – alterglobalizações – e o papel de Gramsci neste contexto. Ou seja, é exposta neste ponto a importância do legado gramsciano para se pensar não apenas a realidade social contemporânea mas também a sua transformação; daí a relevância de Gramsci também para os ativistas partícipes do movimento altermundialista – em outras palavras, são apresentadas as vantagens de se pensar a economia política global contemporânea a partir de uma perspectiva gramsciana.

Ficará claro que a ênfase maior é dada na resistência progressista à globalização neoliberal – seus dilemas e possibilidades. Ora, isso se deve ao fato de que, como afirma Morton, as perspectivas neogramscianas frequentemente deixam de lado, para pesquisa posterior, uma série de questões concernentes às formas contra-hegemônicas de resistência (Morton, 2003b). Busca-se, assim, explorar de alguma forma esta lacuna nas perspectivas neogramscianas uma vez que, seguindo o legado marxista, o *leitmotiv* da teoria é a busca pela transformação social em direção a uma sociedade mais justa, igualitária e ecologicamente sustentável.

Formado por velhos e novos movimentos sociais, ONGs, redes de ação cívica e grupos sociais das diversas concepções, interesses, identidades e formas organizacionais, o ativismo transnacional se apresenta como algo plural e heterogêneo, contribuindo de maneira ímpar para uma nova formatação da política hodierna, mediante, por exemplo, seu crescente reconhecimento político por parte do *establishment* econômico e político mundial. Ora, isto é algo de extrema relevância, o faz com que o estudo deste fenômeno seja deveras importante para o entendimento da economia política global contemporânea (Gómez, 2004a). Contudo, por se tratar de um algo novo, pouca reflexão teórica tem sido desenvolvida com o intuito de estudar tal fenômeno social, que se encontra inserido em uma dinâmica mais ampla e complexa, a saber, a intensificação contemporânea da globalização das relações sociais cujos efeitos têm afetado dominantes e dominados; opressores e oprimidos. Neste sentido, uma reflexão necessária e fecunda seria aquela que se debruçasse não apenas na globalização da

resistência mas também na influência da globalização na própria dinâmica da formação das classes sociais, o que por sua vez remonta a algo maior, a saber, o estudo das influências e repercussões exercidas pelos processos de globalização nas dinâmicas da sociedade civil – ou seja, o estudo da sociedade civil em tempos de globalização.